

**COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO  
LUDGERO - CEGERO**

**PRESTAÇÃO DE  
CONTAS**  
**Exercício de 2021**

**São Ludgero, 14 de março de 2022.**

## **1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021**

#### **Senhores Associados,**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos a seguir relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CEGERO para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

#### **Destacamos a seguir os principais equipamentos, materiais e serviços executados no sistema elétrico de distribuição:**

01. Para suprir o crescimento da demanda, foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição (22 unidades), repotencializados vários circuitos, substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isto os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a vazio, perdas de energia, etc. Investimento em transformadores novos no valor de R\$ 227.986,70.
02. Foram comprados neste exercício cabos de aço, cobre e alumínio de várias bitolas, utilizados em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, etc. Também estão inclusos aqui os materiais necessários para efetivar a ligação dos cabos, como conectores, alças, luvas de emendas e espaçadores, totalizando um investimento de R\$ 480.830,21.
03. Dando continuidade às melhorias nas redes de distribuição de energia da Cegero, através de manutenção das redes existentes e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram utilizados 301 novos postes de várias bitolas (R\$ 513.932,68), bem como 376 novas cruzetas de fibra de vidro e metálica

galvanizada (R\$ 80.956,75), mais acessórios para montagem das estruturas (R\$ 83.797,21), totalizando investimento de R\$ 678.686,64.

04. Investimento em isoladores, destinados às novas redes de distribuição de energia e manutenção das existentes, no total de 1.056 isoladores tipo bastão polimérico, tipo pilar porcelana, pino polimérico e roldana, no valor total de R\$ 68.061,43.
05. Foram utilizados 170 novos para raios poliméricos, 12 quilovolts, compreendendo a instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para raios danificados, no valor total de R\$ 19.009,29.
06. Instaladas 155 novas chaves fusíveis polimérica (R\$ 30.793,49), 8 chaves seccionadoras By Pass (R\$ 10.396,88), 6 chaves seccionadoras polimérica (R\$ 3560,70) e 66 chaves seccionadora porcelana (R\$ 29.747,60), totalizando investimento de R\$ 74.498,67.
07. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores, no total de 580 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm<sup>2</sup> (R\$ 40.757,73) e 490 hastes de terra (R\$ 31.975,73) no valor total de R\$ 72.733,46.
08. Para execução de projetos de construção, ampliação, melhoria e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica da Cegero, foram realizados 194 projetos, no valor de R\$ 3.504.672,24.
09. Aquisição de 492 medidores de energia, de diversos modelos e demais equipamentos destinados à medição de energia (chaves de aferição, transformador de corrente e transformador de potencial) no valor total de R\$ 282.148,10.
10. Aquisição de 5 reguladores de tensão, 13.800 Volts, 400 Amperes, sendo 3 utilizados no novo alimentador industrial e 2 para reserva de emergência, no valor total de R\$ 448.800,00.
11. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 55.417,90.
12. Utilização de equipes terceirizadas, para construção e manutenção das redes de distribuição de energia da Cegero, serviços emergenciais e equipe de linha viva, evitando ao máximo os desligamentos de energia durante as obras de melhorias e

ampliação, assim como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema da Cegero, totalizando R\$ 617.651,20.

13. Realizada a ampliação da subestação Cegero 138 kV, com a instalação de um transformador de 20/26 MVA, totalizando 3 transformadores na subestação Cegero, capacidade de distribuição de 60/78 MVA. Valor total da obra R\$ 4.940.488,15.
14. Construção do sétimo alimentador Cegero, possuindo agora 1 alimentador para atender as áreas rurais, 1 para o centro e 5 alimentadores industriais. Valor da obra do sétimo alimentador foi de R\$ 825.956,01.
15. Foram 6010 atendimentos realizados e 6993 serviços concluídos no ano, processos de obras e/ou solicitações de atendimentos aos associados, envolvendo redes de distribuição, poda de árvores próximas da rede, manutenção da iluminação pública, vistorias para ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores queimados, corte e religação, falta de energia, análise de tensão, entre outros.
16. Com relação a qualidade do fornecimento, o tempo médio sem energia no ano foi de 9,68 horas, com uma quantidade média de 5,38 interrupções de energia, representando uma disponibilidade média de energia elétrica de 99,89% no ano.
17. Ainda com relação a qualidade, de acordo com uma pesquisa realizada anualmente pela ANEEL, com 96 distribuidoras de todo o Brasil, em 2021 a pesquisa apontou a Cegero entre as 10 melhores distribuidoras do país em termos de satisfação e qualidade. O índice de satisfação foi de 80,22%, sendo a média nacional de 67,05%. Já no âmbito de qualidade, o índice da Cegero foi de 87,7%.

**Destacamos a seguir as entidades beneficiadas com R\$ 438.028,47 de recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES:**

- I. Rede Feminina De Combate Ao Câncer de São Ludgero: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para manutenção das atividades, contribuindo assim com 4297 procedimentos realizados pela Rede em 2021.
- II. Apae de São Ludgero: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para ajudar na manutenção das atividades e no atendimento a 125 alunos.
- III. Unidade Básica de Saúde de São Ludgero: R\$ 186.150,00 (cento e oitenta e seis mil, cento e cinquenta reais), para manutenção do plantão médico 24 horas e aquisição de aproximadamente 5500 testes rápidos para ajuda ao enfrentamento do COVID-19.

- IV. Hospital Santa Teresinha de Braço do Norte: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para manutenção das atividades, contribuindo assim com mais de 5699 atendimentos realizados pelo hospital a moradores da cidade de São Ludgero no ano de 2021.
- V. Pastoral Social: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para manutenção das atividades e ajuda de acamados e pessoas carentes.
- VI. Cooperativismo: R\$ 41.878,47 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) com ações voltadas ao desenvolvimento da educação cooperativista, com capacitação de profissionais da educação vinculados às redes estadual e municipal de ensino, promoção do Dia C, promoção da Páscoa e Festa Junina em conjunto com as escolas do município, além de projeto de orientação profissional, com foco na formação de novas lideranças, desenvolvido para alunos do 3º ano do ensino médio.

**Destacamos a seguir os principais processos e mudanças internas:**

- 01. Conclusão da Certificação do Sistema de Gestão pela norma internacional ISO-14001, atestando o comprometimento da CEGERO com o meio ambiente.
- 02. Foi dada continuidade ao processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.
- 03. Execução de 79 ações de melhoria contínua, nos diversos setores da Cooperativa.
- 04. Manutenção dos treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas diariamente.
- 05. Fechamento do ano com 97,3% de adequação aos princípios da excelência em gestão, do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas – PDGC, organizado pelo SESCOOP. A metodologia desse Programa está pautada no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), de referência internacional, utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações.

**Com relação ao preço praticado, em 2021 a Cegero teve um reajuste médio de 11,41% (onze vírgula quarenta e um por cento), permanecendo com uma das tarifas de energia elétrica mais baratas do Brasil, ocupando atualmente a segunda colocação entre as 105 distribuidoras com tarifas homologadas pela ANEEL.**

O efeito médio do reajuste percebido pelos consumidores faturados em Baixa Tensão foi de 13,50%, com destaque para os consumidores residenciais e comerciais que tiveram aumento de 11,81%. Já para os consumidores faturados em Alta Tensão o efeito foi positivo em 10,86%.

A tarifa média nacional é 50% superior a tarifa praticada pela Cegero, impactando positivamente no desenvolvimento socioeconômico da região.

**Compra de Energia Elétrica no mercado livre, após o leilão de 18 de novembro de 2020, que teve como empresa vencedora do certame a CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A, com o preço base de R\$ 148,28/MWh.**

O contrato tem duração de pouco mais de 12 anos, com início do fornecimento em novembro de 2021, representando um total de R\$ 153.080.977,81 (cento e cinquenta e três milhões, oitenta mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos) em energia contratada. Estima-se que a compra de energia no mercado livre resultará em uma economia de mais de R\$ 280 milhões ao longo de 12 anos e 2 meses de contrato. A economia nos dois primeiros meses de contrato, novembro e dezembro de 2021, após a liquidação financeira, realizada mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, ocorrida já no ano 2022, devido ao prazo de MS+26, foi de R\$ 1.577.519,61.

Legenda: MS: Mês seguinte ao mês de operação de compra e venda de energia  
du: dias úteis

**Destacamos ainda outros serviços que são prestados à comunidade e que contribuem para o desenvolvimento econômico e social dos associados:**

01. Mão de obra gratuita na manutenção da iluminação dos campos de futebol.
02. Mão de obra gratuita na manutenção e instalação de pontos de iluminação particular, em especial nas propriedades rurais.
03. Mão de obra gratuita na contratação e manutenção de redes particulares.
04. Empréstimo gratuito do gerador às comunidades, associações e eventos realizados no município.
05. Instalação gratuita de toda iluminação de natal nas praças e avenidas do município.
06. Reserva gratuita dos auditórios da CEGERO, tanto do Centro quanto da Sede Administrativa, para reuniões, palestras e outros eventos realizados por sócios, empresas, escolas e comunidade em geral, totalizando 205 reservas no ano.

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CEGERO.

Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CEGERO.

São Ludgero, 14 de março de 2022.

A Administração.

## ANEXO I - DADOS GERAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

**1. LIGAÇÕES DE CONSUMIDORES:** A Cegero distribui energia elétrica em 5 municípios de atuação, sendo 100% do Município de São Ludgero, e parcialmente os Municípios de Braço do Norte, Orleans, Pedras Grandes e Tubarão. Foram Realizadas, no ano de 2021, 331 novas ligações, totalizando 6.660 unidades consumidores atendidas, número 5,23% superior ao ano de 2020.

<b>CLASSE</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
RESIDENCIAL	4.283	4.453	4.628	4.746	5.006
INDUSTRIAL	153	152	140	154	173
COMERCIAL	467	500	510	542	575
RURAL	893	804	801	790	806
PODERES PÚBLICOS	45	46	45	48	48
SERVIÇOS PÚBLICOS	32	35	38	39	40
ILUMINAÇÃO PÚB.	-	02	05	05	07
CONSUMO PRÓPRIO	06	06	06	05	05
<b>TOTAL</b>	<b>5.879</b>	<b>5.998</b>	<b>6.173</b>	<b>6.329</b>	<b>6.660</b>

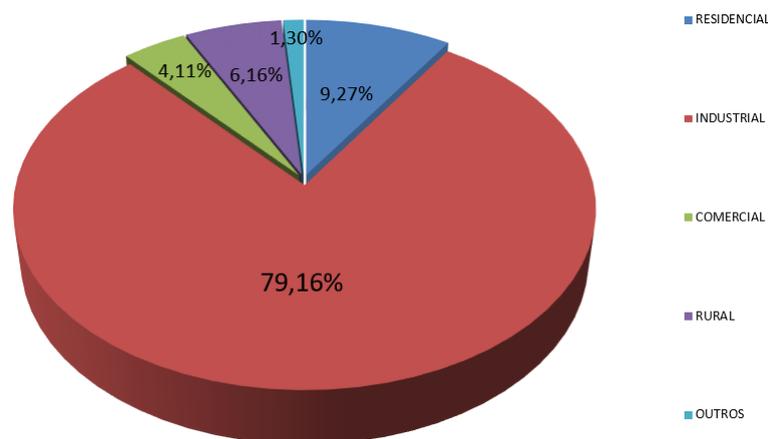
**2. COMPORTAMENTO DO MERCADO:** No período de janeiro a dezembro de 2021, a Cegero adquiriu um total de 188.529.570 kWh e distribuiu 180.591.694 kWh, com uma perda na distribuição de energia de 4,21%, ou seja, 7.937.876 kWh. Por sua vez, a energia elétrica distribuída aos associados registrou um crescimento de 10,81% em relação ao ano de 2020.

<b>ENERGIA em MWh</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
ADQUIRIDA	147.935,5	159.636,8	170.977,5	170.122,5	<b>188.529,5</b>
DISTRIBUIDA	139.852,2	150.552,5	162.812,8	162.968,1	<b>180.591,7</b>
PERDAS	8.083,3	9.084,3	8.164,6	7.154,4	<b>7.937,8</b>
PERDAS %	5,46	5,69	4,77	4,21	<b>4,21</b>

**3. CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE DE CONSUMO:** A seguir são apresentados os percentuais de consumo de energia elétrica, divididos por classe de consumo, números que mantêm dados históricos estáveis nos últimos anos.

CLASSE	2017	2018	2019	2020	2021
RESIDENCIAL	9,78	9,25	9,47	9,84	<b>9,27</b>
INDUSTRIAL	78,62	79,73	78,45	77,90	<b>79,16</b>
COMERCIAL	3,87	3,71	3,92	3,86	<b>4,11</b>
RURAL	6,06	6,52	6,66	6,95	<b>6,16</b>
POD. PÚBLICOS	0,44	0,44	0,41	0,27	<b>0,34</b>
SERVIÇOS PÚBLICOS	0,28	0,28	0,24	0,35	<b>0,23</b>
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,88	0,00	0,78	0,76	<b>0,66</b>
CONSUMO PRÓPRIO	0,07	0,07	0,07	0,07	<b>0,06</b>
<b>TOTAL (%)</b>	100	100	100	100	<b>100</b>

#### REPRESENTAÇÃO DO PERCENTUAL DE CONSUMO POR CLASSE

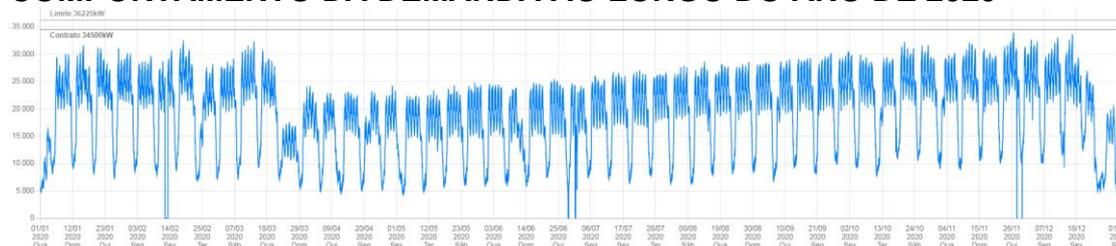


**4. VARIAÇÃO NA DEMANDA MÉDIA ANUAL ADQUIRIDA:** Com relação à variação da demanda adquirida na subestação Cegero, tivemos como máxima demanda medida, o valor de 34,4 MW (37,4 MVA), registrado no dia 12/01/2021, que representa um crescimento de 1,38% em relação a maior demanda medida em 2020.

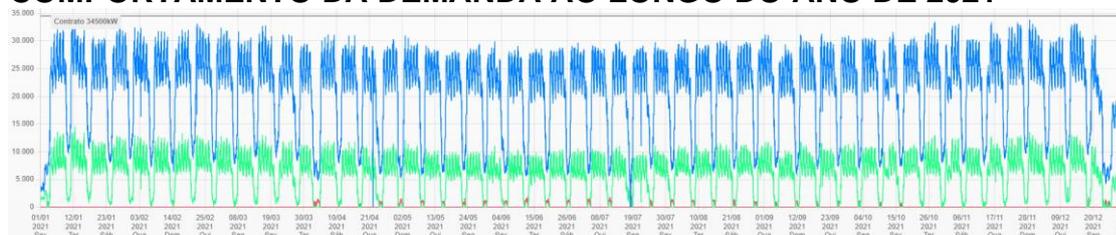
ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (MW)		Crescimento %	
	FORA PONTA	PONTA	FORA PONTA	PONTA
2017	25,7	23,1	5,07	4,45
2018	27,5	24,6	6,84	6,05
2019	28,9	25,2	5,09	2,44
2020	29,7	25,1	2,76	(-0,4)
<b>2021</b>	<b>32,0</b>	<b>27,3</b>	<b>7,74</b>	<b>8,76</b>

PONTA – 18:30 às 21:30

### COMPORTAMENTO DA DEMANDA AO LONGO DO ANO DE 2020



### COMPORTAMENTO DA DEMANDA AO LONGO DO ANO DE 2021



### 5. EXTENSÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA:

ANO	EXTENSÃO DE REDES (AT)			EXTENSÃO DE REDES (BT)			
	1Ø (km)	3Ø (km)	total (km)	1Ø (km)	2Ø (km)	3Ø (km)	total (km)
2017	26,84	259,81	286,65	88,81	9,41	202,20	300,42
2018	26,51	261,95	288,46	67,07	8,23	192,83	268,13
2019	26,14	266,54	292,68	63,87	7,88	181,17	252,92
2020	25,56	271,91	297,47	72,43	7,49	184,27	264,19
<b>2021</b>	<b>24,80</b>	<b>278,52</b>	<b>303,32</b>	<b>78,63</b>	<b>7,25</b>	<b>188,07</b>	<b>273,95</b>

### 6. TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO INSTALADOS NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	2017	2018	2019	2020	2021
<b>COOPERATIVA</b>	589	594	596	623	<b>635</b>
<b>PARTICULARES</b>	41	50	63	97	<b>109</b>
<b>TOTAL</b>	630	644	659	720	<b>744</b>

### 7. POTÊNCIA INSTALADA EM MVA NO SISTEMA ELÉTRICO DA CEGERO:

ANO	POTÊNCIA (MVA)		TOTAL
	CEGERO	PARTICULAR	
2017	36,5	36,9	73,4
2018	37,1	42,1	79,2
2019	36,4	45,7	82,1
2020	38,6	46,8	85,4
<b>2020</b>	<b>39,6</b>	<b>52,3</b>	<b>91,9</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Valores expressos em reais)  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	N.E	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b>31.268.537,00</b>	<b>31.142.286,35</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>15.276.670,29</b>	<b>19.173.996,36</b>
Caixa	5.0	3.262,55	2.140,49
Numerários em Trânsito	5.0	0,00	9.437,03
Bancos Conta Movimento	5.0	4.340.699,69	3.345.770,03
Aplicações no Mercado Aberto	5.0	10.932.708,05	15.816.648,81
<b>Direitos Realizáveis</b>		<b>15.991.866,71</b>	<b>11.968.289,99</b>
Consumidores	7.1	11.311.646,47	9.395.476,24
Concessionárias e Permissionárias		471,70	402,72
Serviços em Curso	8.0	25.862,69	40.456,65
Tributos Compensáveis	9.1	35.313,38	55.016,04
Almoxarifado Operacional	10.0	52.804,58	48.682,11
Ativos Financeiros Setoriais	11.0	3.783.485,51	1.902.993,15
Despesas pagas Antecipadamente	12.0	57.463,41	2.002,16
Outros Ativos Circulantes	13.0	724.818,97	523.260,92
<b>Não Circulante</b>		<b>32.304.357,92</b>	<b>27.061.824,40</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.745.934,74</b>	<b>401.709,15</b>
Tributos Compensáveis	9.2	35.640,12	70.892,37
Outros Ativos não Circulantes	14.0	1.710.294,62	330.816,78
Bens e Ativ. não Vinc. à Permissão	15.0	52.504,50	43.329,84
<b>Bens de Uso</b>		<b>1.604.806,52</b>	<b>1.937.247,49</b>
Imobilizado	16.0	4.061.451,06	4.627.636,95
Depreciação Acumulada		(2.456.644,54)	(2.690.389,46)
<b>Intangível</b>		<b>28.901.112,16</b>	<b>24.679.537,92</b>
Intangível	17.0	37.668.421,97	33.174.555,32
Amortização Acumulada		(8.767.309,81)	(8.495.017,40)
<b>Total do Ativo</b>		<b>63.572.894,92</b>	<b>58.204.110,75</b>

<b>Circulante</b>		<b>17.367.747,02</b>	<b>14.958.568,54</b>
Fornecedores	18.0	5.257.652,17	5.158.852,72
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.0	754.119,65	661.844,14
Tributos	20.0	2.573.048,72	2.012.346,29
Encargos Setoriais	21.0	3.010.620,63	1.500.773,07
Passivos Financeiros Setoriais	22.0	5.068.593,56	5.228.855,20
Outros Passivos Circulantes	23.0	703.712,29	395.897,12
<b>Não Circulante</b>		<b>629.342,94</b>	<b>391.949,84</b>
Obrigações Vinc. à Permissão	24.0	629.342,94	391.949,84
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>45.575.804,96</b>	<b>42.853.592,37</b>
<b>Capital social</b>	26.0	<b>234.450,00</b>	<b>222.480,00</b>
<b>Reservas de capital</b>		<b>44.796.646,92</b>	<b>41.802.503,77</b>
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	27.C	38.736.238,81	36.194.267,95
Fundo de Reserva	27.C	5.342.781,84	4.979.643,15
FATES	27.C	717.626,27	628.592,67
<b>Sobras à disposição da Assembleia</b>	28.0	<b>544.708,04</b>	<b>828.608,60</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>63.572.894,92</b>	<b>58.204.110,75</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

(Valores expressos em reais)

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS**

Descrição	N.E	31/12/2021	31/12/2020
<b>01. Receita Operacional Bruta</b>		<b>107.419.625,06</b>	<b>80.006.739,37</b>
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	29.0	100.351.175,10	73.357.658,51
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	29.0	1.993.472,94	2.333.605,45
(+) Serviços Cobráveis	29.0	37.236,25	38.034,47
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	29.0	2.048.595,68	1.564.335,52
(+) Outros Ingressos e Rendas	29.0	2.989.145,09	2.713.105,42
<b>02. Dedução da Receita Bruta</b>		<b>(45.150.936,25)</b>	<b>(26.875.230,28)</b>
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	30.0	(24.415.041,32)	(17.907.656,98)
(-) Encargos do Consumidor	30.0	(20.735.894,93)	(8.967.573,30)
<b>03. Receita Operacional Líquida (1+2)</b>		<b>62.268.688,81</b>	<b>53.131.509,09</b>
<b>04. Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>		<b>(47.546.269,96)</b>	<b>(37.754.667,98)</b>
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	31.0	(47.546.269,96)	(37.754.667,98)
<b>05. Resultado Bruto da Comer. de Energia</b>		<b>14.722.418,85</b>	<b>15.376.841,11</b>
<b>06. Despesas Operacionais</b>		<b>(13.089.805,76)</b>	<b>(11.451.019,57)</b>
(+) Recuperação de Despesas	31.0	86.524,68	68.541,83
(-) Pessoal e Administrativo	31.0	(4.957.010,57)	(4.247.673,71)
(-) Material	31.0	(612.777,68)	(435.240,25)
(-) Serviços de Terceiros	31.0	(1.566.436,50)	(1.468.291,75)
(-) Depreciações	31.0	(1.354.794,77)	(1.300.948,79)
(-) Arrendamento e Aluguéis	31.0	(433.965,48)	(382.674,29)
(-) Seguros	31.0	(23.705,64)	(18.442,96)
(-) Despesas Tributárias	31.0	(14.971,20)	(15.743,81)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	31.0	(845.210,00)	(682.809,32)
(-) Provisão Para créditos de LÍQ. Duvidosa	31.0	(1.598,49)	(56.796,37)
(-) Outras Despesas Operacionais	31.0	(3.365.860,11)	(2.910.940,15)
<b>07. Resultado Operacional (5+6)</b>		<b>1.632.613,09</b>	<b>3.925.821,54</b>
<b>08. Resultado Financeiro</b>	<b>32.0</b>	<b>1.334.044,85</b>	<b>1.053.955,74</b>
(+) Receita de Aplicação Financeira		587.624,24	326.122,68
(+) Outras Receitas Financeiras		907.054,33	898.434,84
(-) Outras Despesas Financeiras		(160.633,72)	(170.601,78)
<b>09. Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL (7+8)</b>		<b>2.966.657,94</b>	<b>4.979.777,28</b>
<b>10. Tributos e Contribuições S/Resultado</b>		<b>(256.415,35)</b>	<b>(208.513,94)</b>
(-) Provisão Contribuição Social		(74.888,37)	(61.547,81)
(-) Provisão para Imposto de Renda		(181.526,98)	(146.966,13)
<b>11. Resultado Líquido (9+10)</b>		<b>2.710.242,59</b>	<b>4.771.263,34</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>			
<b>12 Resultados Abrangentes</b>		<b>921.144,35</b>	<b>752.794,00</b>
(+) Reversão FATES		921.144,35	752.794,00
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>			
<b>13. Base para Destinações (11+12)</b>		<b>3.631.386,94</b>	<b>5.524.057,34</b>
Resultado Com Cooperados		3.631.386,94	5.524.057,34
<b>14. Destinações Estatutárias</b>		<b>(3.086.678,90)</b>	<b>(4.695.448,74)</b>
(-) Reserva Legal		(363.138,69)	(552.405,73)
(-) FATES		(181.569,35)	(276.202,87)
(-) Manutenção e Ampliação		(2.541.970,86)	(3.866.840,14)
<b>15. Sobras Líquidas do Período (13+14)</b>		<b>544.708,04</b>	<b>828.608,60</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**  
(Valores expressos em reais)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		Fates	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
<b>SALDO EM 31/12/2019</b>	<b>214.830,00</b>	<b>416.717,39</b>	<b>4.427.237,42</b>	<b>32.327.427,81</b>	<b>688.466,41</b>	<b>38.074.679,03</b>
<b>MUTAÇÕES EM 2020</b>	<b>7.650,00</b>	<b>211.875,28</b>	<b>552.405,73</b>	<b>3.866.840,14</b>	<b>140.142,19</b>	<b>4.778.913,34</b>
Integralização de Capital	10.395,00	-	-	-	-	<b>10.395,00</b>
Incorporação das Sobras	-	688.466,41	-	-	(688.466,41)	<b>0,00</b>
Devolução de Capital	(2.745,00)	-	-	-	-	<b>(2.745,00)</b>
Reversão das Reservas	-	(752.794,00)	-	-	752.794,00	<b>0,00</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.771.263,34	<b>4.771.263,34</b>
Destinações	-	276.202,87	552.405,73	3.866.840,14	(4.695.448,74)	<b>0,00</b>
<b>SALDO EM 31/12/2020</b>	<b>222.480,00</b>	<b>628.592,67</b>	<b>4.979.643,15</b>	<b>36.194.267,95</b>	<b>828.608,60</b>	<b>42.853.592,37</b>
<b>MUTAÇÕES EM 2021</b>	<b>11.970,00</b>	<b>89.033,60</b>	<b>363.138,69</b>	<b>2.541.970,86</b>	<b>(283.900,56)</b>	<b>2.722.212,59</b>
Integralização de Capital	13.770,00	-	-	-	-	<b>13.770,00</b>
Incorporação das Sobras	-	828.608,60	-	-	(828.608,60)	<b>0,00</b>
Devolução de Capital	(1.800,00)	-	-	-	-	<b>(1.800,00)</b>
Reversão das Reservas	-	(921.144,35)	-	-	921.144,35	<b>0,00</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.710.242,59	<b>2.710.242,59</b>
Destinações	-	181.569,35	363.138,69	2.541.970,86	(3.086.678,90)	<b>0,00</b>
<b>SALDO EM 31/12/2021</b>	<b>234.450,00</b>	<b>717.626,27</b>	<b>5.342.781,84</b>	<b>38.736.238,81</b>	<b>544.708,04</b>	<b>45.575.804,96</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**

(Valores expressos em reais)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação</b>	<b>2.966.657,94</b>	<b>4.979.777,28</b>
Sobras Líquidas Antes da Tributação	2.966.657,94	4.979.777,28
<b>2 - Ajuste Por</b>	<b>(2.920.076,34)</b>	<b>6.418.670,28</b>
Amortização Acumulada	38.547,49	724.741,14
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	(1.916.170,23)	748.665,55
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(68,98)	(192,06)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	54.954,91	(39.111,77)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	14.593,96	(9.719,16)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(4.122,47)	2.882,50
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	(1.880.492,36)	(686.682,54)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(55.461,25)	2.705,13
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos	(1.581.035,89)	(152.858,98)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	98.799,45	1.097.483,92
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	92.275,51	12.852,79
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	560.702,43	711.918,30
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	1.509.847,56	51.107,31
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(160.261,64)	3.976.070,26
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	307.815,17	(21.192,11)
<b>3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)</b>	<b>46.581,60</b>	<b>11.398.447,56</b>
<b>4- Caixa Proveniente das Operações</b>	<b>(256.415,35)</b>	<b>(208.513,94)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(256.415,35)	(208.513,94)
<b>5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper.(3+4)</b>	<b>(209.833,75)</b>	<b>11.189.933,62</b>
<b>6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>(3.699.462,32)</b>	<b>(4.691.781,62)</b>
Ativo Imobilizado / Intangível	(3.927.680,76)	(4.943.011,49)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	237.393,10	256.311,48
Participação em Cooperativas de Crédito	(9.174,66)	(5.081,61)
<b>7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>11.970,00</b>	<b>7.650,00</b>
Integralização de Capital	13.770,00	10.395,00
Devolução de Capital	(1.800,00)	(2.745,00)
<b>8 - Variação no Caixa (5+6+7)</b>	<b>(3.897.326,07)</b>	<b>6.505.802,00</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(3.897.326,07)</b>	<b>6.505.802,00</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	19.173.996,36	12.668.194,36
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	15.276.670,29	19.173.996,36

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.**  
(Valores expressos em reais)

**CONTEXTO OPERACIONAL**

---

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

**Principais Atividades Desenvolvidas** – No decorrer do exercício social de 2021 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

**1. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL**

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Em 2016, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, Submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante desse contexto, deu-se abertura a audiência pública AP nº 79/2017, com o propósito de colher subsídio para a definição da metodologia de regularização da CEGERO e definição das tarifas iniciais, sendo essa

audiência concluída em fevereiro de 2018. Como resultado da audiência pública, a ANEEL editou a resolução normativa nº 813, em maio de 2018, definindo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, entre elas a CEGERO.

O enquadramento oficial da CEGERO como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica veio a ocorrer por meio da resolução autorizativa nº 7.278, de 11 de setembro de 2018, e posterior assinatura do contrato de permissão ocorrida no dia 23 de outubro de 2018, com vigência de 30 anos.

Após a resolução autorizativa e consequente assinatura do contrato de permissão Nº. 08-2018, a diretoria da ANEEL, em reunião realizada no dia 27/11/2018, homologou as tarifas iniciais da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO, por meio da resolução homologatória nº 2.487/2018, que passaram a vigorar de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000 (R1) de 2016, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 17 de outubro de 2019, que dispõe sobre auditoria das estimativas contábeis.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento do RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBCTG 01(R3) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEGERO** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

### **3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.
- **Consumidores a Receber**  
Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2021, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

Com relação aos consumidores que possuem pendência e estão em regime operacional de recuperação judicial a administração julgou prudente a provisão total dos créditos referente aos mesmos.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

▪ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

▪ **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

▪ **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

▪ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

▪ **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

▪ **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

▪ **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

▪ **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Receita Não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

▪ **Receita de Construção e Custo de Construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

▪ **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

• **Estrutura das Demonstrações Contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento a Ofícios de Encerramento e Despachos ANEEL, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL nº 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

Os valores que compõe os saldos referentes a “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Contas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Caixa Geral</b>	<b>2.262,55</b>	<b>1.140,49</b>
<b>Bancos Contas Movimento</b>	<b>4.340.699,69</b>	<b>3.345.770,03</b>
<b>Fundos de Caixa</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>
<b>Numerários em Trânsito</b>	<b>0,00</b>	<b>9.437,03</b>
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>10.932.708,05</b>	<b>15.816.648,81</b>
Banco Do Brasil S.A.	83.152,12	540.828,92
Sicoob/SC – Credivale	1.697.533,77	3.314.290,71

C.E.F. Fundos de Investimento	0,00	3.306.884,16
Bradesco Invest	7.986,11	116.356,10
Unicred Aplicação Financeira	6.486.861,39	5.227.929,33
Banco Do Brasil Fundos RF LP	1.635.959,57	2.006.322,23
Banco Do Brasil Fundos CDB DI	0,00	1.304.037,36
Safra Aplicação	1.021.215,09	0,00
<b>Total Caixa e Equivalentes</b>	<b>15.276.670,29</b>	<b>19.173.996,36</b>

## 5. CONSUMIDORES

Todos os consumidores foram faturados. O faturamento de Alta Tensão corresponde ao mês civil. OS consumidores de Baixa Tensão têm saldo de consumo de pelo menos um dia, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Faturados	6.570	6.329
<b>Total</b>	<b>6.570</b>	<b>6.329</b>

## 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

### 6.1. Composição das contas a receber

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de "Consumidores" estão demonstrados a seguir, desdobrados por classe de consumo:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Residencial	1.191.055,66	793.058,32
Industrial	7.928.215,96	6.681.702,61
Comercial	631.622,60	427.488,82
Rural	840.945,45	537.527,14
Poderes Públicos	43.652,03	24.511,00
Iluminação Pública	50.283,94	38.016,84
Serviço Público	30.237,09	20100,56
Receita não Faturada	169.009,23	459.906,19
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(118.892,53)	(198.874,00)
Serviços Cobráveis	8.680,50	9.302,69
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(599,98)	(512,50)
Participação Financeira	49.545,08	40.624,49
Parcelamentos	763.406,46	889.211,33
(-) Provisão Para Créditos de LÍq. Duvidosa	(285.774,86)	(331.193,60)
Outros	10.259,84	4.606,35
<b>Total</b>	<b>11.311.646,47</b>	<b>9.395.476,24</b>

## 6.2. Saldos Vincendos e Vencidos

Os valores que compõe os saldos vencidos e a vencer:

Consumidores	Saldos	Vencidos		31/12/2021	Saldo 31/12/2020
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias		
Residencial	967.386,77	200.669,42	6.402,19	1.174.458,38	777.353,48
Industrial	7.490.136,29	324.814,97	90.406,84	7.905.358,10	6.646.126,17
Comercial	525.928,00	83.433,16	15.516,58	624.877,74	418.255,84
Rural	687.135,37	143.124,48	1.018,49	831.278,34	532.394,56
Poder Público	43.652,03	0,00	0,00	43.652,03	24.468,74
Iluminação Pública	49.934,53	0,00	232,08	50.166,61	37.988,17
Serviço Publico	30.237,09	0,00	0,00	30.237,09	85.818,33
Juros e Multas	27.423,07	27.686,74	874,63	55.984,44	0,00
<b>Total</b>	<b>9.821.833,15</b>	<b>779.728,77</b>	<b>114.450,81</b>	<b>10.716.012,73</b>	<b>8.522.405,29</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

## 7. SERVIÇOS EM CURSO

Os saldos referentes aos “Serviços em Curso”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Serviço Próprio	25.862,69	40.456,65
<b>Total</b>	<b>25.862,69</b>	<b>40.456,65</b>

## 8. TRIBUTOS A COMPENSAR

### 8.1 Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Curto Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ Saldo Negativo	0,00	6.044,39
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Saldo Negativo	61,13	5.886,39
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	35.252,25	43.085,26
<b>Total</b>	<b>35.313,38</b>	<b>55.016,04</b>

## 8.2 Não Circulante

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Longo Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a Recuperar do Ativo Imobilizado	35.640,12	70.892,37
<b>Total</b>	<b>35.640,12</b>	<b>70.892,37</b>

## 9. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Os saldos referentes ao “Almoxarifado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado Operacional	52.758,48	45.047,92
Estoque de Sucatas	46,10	3.114,19
Adiantamento a Fornecedores	0,00	520,00
<b>Total</b>	<b>52.804,58</b>	<b>48.162,11</b>

Referem-se a materiais destinados à manutenção de equipamentos e redes de distribuição de energia elétrica.

## 10. ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Ativos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Neutralidade Ativa Conta -Covid	11.716,73	127.897,59
Neutralidade Ativa TFSEE Processo Anterior	0,00	895,44
Neutralidade Ativa CDE Processo Anterior	0,00	89.069,20
Neutralidade Ativa PROINFA Processo Anterior	0,00	14.481,04
Neutralidade Ativa Conta Covid - Processo Anterior	325.523,76	0,00
Repasse de PIS COFINS CUSD	129.396,60	156.563,21
Repasse de PIS COFINS TE	202.313,46	663.809,47
Repasse de PIS COFINS CUSD Processo Anterior	279.468,40	190.800,24

Repasse de PIS COFINS TE Processo Anterior	1.134.207,84	659.476,96
Diferimento Ativo - Parcela B	694.348,53	0,00
Ativo Financeiro compra EE	992.272,27	0,00
Ativo Financeiro MCP	1.758,54	0,00
Garantias Financeiras	12.479,38	0,00
<b>Total</b>	<b>3.783.485,51</b>	<b>1.902.993,15</b>

## **11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos, Aluguéis e Empréstimos de Bens	0,00	0,00
Prêmios de Seguros	57.463,41	2.002,16
<b>Total</b>	<b>57.463,41</b>	<b>2.002,16</b>

Os seguros de bens e veículos são contratados para periodicidade anual os quais não coincidem com o ano civil e tem seu pagamento quitado quando da contratação.

## **12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES**

Os saldos referentes a “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de férias	64.467,25	53.636,07
Adiantamento Plano Saúde Unimed	2.526,52	2.526,52
Alienação de Bens e Direitos	58.000,01	4.333,30
Reembolsos do Fundo da CDE	408.945,68	270.620,25
(-) Provisão para Créditos de Líq. Duvidosa	(150.710,91)	(150.710,91)
Ol S.A. - Compartilhamento de Infraestrutura	27.871,10	36354,70
Danielli Telecomunicações	5.690,35	0,00
Cheques Devolvidos	150.710,91	150.710,91
SESCOOP/SC	0,00	1.053,84
PROINFA	140.024,65	96.393,41
FACIL internet compartilhamento	1.036,60	0,00
Desativações e Alienações Em Curso	16.256,81	58.342,83
<b>Total</b>	<b>724.818,97</b>	<b>523.260,92</b>

## **13. OUTROS ATIVOS- NÃO CIRCULANTES**

Os saldos referentes aos “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro da Permissão	1.710.294,62	330.816,78
<b>Total</b>	<b>1.710.294,62</b>	<b>330.816,78</b>

#### 14. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Quotas Unicred	18.247,54	17.667,22
Quotas Sicoob	34.256,96	25.662,62
<b>Total</b>	<b>52.504,50</b>	<b>43.329,84</b>

A Cegero mantém conta corrente na Cooperativa de crédito Sicoob e Unicred o que além das cotas partes integralizadas também capitaliza sobras distribuídas.

#### 15. IMOBILIZADO

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>2.399.849,45</b>	<b>37.996.529,46</b>	<b>38.227.246,11</b>	<b>(1.461.584,24)</b>	<b>707.548,56</b>
TERRENOS	0,00	315.000,00	315.000,00	0,00	0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	0,00	260.465,20	254.397,23	(17,40)	6.050,57
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	947.264,10	37.385.227,26	37.638.167,95	(277.658,53)	416.664,88
VEÍCULOS	1.277.829,03	0,00	0,00	(1.109.092,67)	168.736,36
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	174.756,32	35.837,00	19.680,93	(74.815,64)	116.096,75
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>0,00</b>	<b>22.475.545,39</b>	<b>22.475.545,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
TERRENOS	0,00	401.051,07	401.051,07		0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	0,00	50.213,00	50.213,00		0,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	10.832.766,4300	10.832.766,4300		0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	32.350,00	32.350,00		0,00
A RATEAR	0,00	27.786,40	27.786,40		0,00
TRANSF., FABRICAÇÃO E REPARO	0,00	10.949,45	10.949,45		0,00
MATERIAL EM DEPÓSITO	0,00	5.197.275,21	5.197.275,21		0,00
COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	2.493.610,72	2.493.610,72		0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	3.429.543,11	3.429.543,11		0,00
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>2.399.849,45</b>	<b>60.472.074,85</b>	<b>60.702.791,50</b>	<b>(1.461.584,24)</b>	<b>707.548,56</b>

<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>2.227.787,50</b>	<b>15.209,28</b>	<b>350.678,52</b>	<b>(995.060,30)</b>	<b>897.257,96</b>
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.247.137,61	1.379,00	219.780,23	(565.680,09)	463.056,29
VEÍCULOS	237.130,10D	0,00	0,00	(220.938,60)	16.191,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	743.519,79D	13.830,28	130.898,29	(208.441,61)	418.010,17
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>2.227.787,50</b>	<b>15.209,28</b>	<b>350.678,52</b>	<b>(995.060,30)</b>	<b>897.257,96</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>4.627.636,95</b>	<b>60.487.284,13</b>	<b>61.053.470,02</b>	<b>(2.456.644,54)</b>	<b>1.604.806,52</b>

## 16. INTANGÍVEL

Os saldos referentes ao "Intangível", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Saldo
<b>Distribuição</b>	<b>24.657.231,47</b>	<b>46.092.084,34</b>	<b>41.862.077,55</b>	<b>28.887.238,26</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>28.322.361,93</b>	<b>35.205.766,90</b>	<b>28.322.361,93</b>	<b>35.205.766,90</b>
Edificações, Obras Civis E Benfeitorias	218.877,00	251.495,69	218.877,00	251.495,69
Máquinas e equipamentos	28.099.997,93	34.950.784,21	28.099.997,93	34.950.784,21
Moveis e utensílios	3.487,00	3.487,00	3.487,00	3.487,00
<b>(-) Amortização Acumulada</b>	<b>(8.470.493,11)</b>	<b>8.470.493,11</b>	<b>8.734.352,97</b>	<b>(8.734.352,97)</b>
Edificações, Obras Civis E Benfeitorias	(85.768,17)	85.768,17	93.273,81	(93.273,81)
Maquinas E Equipamentos	(8.384.500,34)	8.384.500,34	8.640.636,63	(8.640.636,63)
Moveis E Utensílios	(224,60)	224,60	442,53	(442,53)
<b>Em Curso</b>	<b>4.805.362,65</b>	<b>2.415.824,33</b>	<b>4.805.362,65</b>	<b>2.415.824,33</b>
Adiantamento A Fornecedores	2.558.709,23	23.710,50	2.558.709,23	23.710,50
Outros	2.246.653,42	2.392.113,83	2.246.653,42	2.392.113,83
<b>Administração</b>	<b>22.306,45</b>	<b>14.806,10</b>	<b>23.238,65</b>	<b>13.873,90</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>46.830,74</b>	<b>7.403,05</b>	<b>7.403,05</b>	<b>46.830,74</b>
Softwares	43.739,24	7.403,05	7.403,05	43.739,24
Outros	3.091,50			3.091,50
<b>(-) Amortização Acumulada</b>	<b>(24.524,29)</b>	<b>7.403,05</b>	<b>15.835,60</b>	<b>(32.956,84)</b>
Softwares	(23.556,69)	7.403,05	15.835,60	(31.989,24)
Outros	(967,60)			(967,60)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>24.679.537,92</b>	<b>46.106.890,44</b>	<b>41.885.316,20</b>	<b>28.901.112,16</b>

## 17. FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	31/12/2021	31/12/2020
CELESC Distribuição S/A	1.408.354,04	4.936.748,61

Materiais e Serviços	393.083,93	222.104,11
Compra de Energia Elétrica no Mercado Livre	3.436.214,20	0,00
<b>Total</b>	<b>5.237.652,17</b>	<b>5.158.852,72</b>

## **18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Os saldos referentes a “Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

<b>Contas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Empregados	99.656,05	94.998,05
Diretores e Conselheiros	25.183,17	19.298,89
Provisão de Férias	379.070,75	334.332,12
INSS S/Provisão de Férias	112.975,21	99.799,14
FGTS S/Provisão de Férias	30.272,35	26.694,17
PIS S/Provisão de Férias	3.790,70	3.343,33
INSS	23.445,94	22.277,62
IRRF	75.039,72	59.046,27
Mensalidade Sintresc	1.807,74	2.054,55
Empréstimo Consignado	2.878,02	0,00
<b>Total</b>	<b>754.119,65</b>	<b>661.844,14</b>

## **19. TRIBUTOS**

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

<b>Contas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
IRPJ a Recolher	53.696,13	0,00
CSL a Recolher	3.482,71	0,00
ICMS	2.379.478,58	1.783.332,82
Contribuição Fundo Social	0,00	113.829,75
ISS Retido na Fonte	5.783,91	3103,2
INSS	81.973,92	73.241,90
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	9.054,19	5.594,50
FGTS	30.459,12	26.980,58
PIS S/ Folha de Salários	3.780,77	3.398,23
Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF	4.053,29	2.168,22
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.286,10	697,09
<b>Total</b>	<b>2.573.048,72</b>	<b>2.012.346,29</b>

## **20. ENCARGOS SETORIAIS**

Os saldos referentes aos “Encargos Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

<b>Fornecedores</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	811.493,37	680.274,03
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	154.748,96	0,00
Taxa de Fisc. dos Ser. de Energia Elétrica - TFSE	4.375,72	4.358,97
Conta Bandeiras	0,00	816.140,07
Encargos ESS	2.040.002,58	0,00
<b>Total</b>	<b>3.010.620,63</b>	<b>1.500.773,07</b>

## **21. PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS**

Os saldos referentes aos “Passivos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

<b>Contas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Neutralidade Passiva TFSEE	30,55	3.097,15
Neutralidade Passiva CDE	10.356,61	507.350,79
Neutralidade Passiva Proinfa	2.312,95	73.511,20
Neutralidade Passiva ESS	1.697,77	0,00
Neutralidade Passiva CDE	1.974,97	0,00
Neutralidade Passiva TFSEE Processo Anterior	5.479,28	0,00
Neutralidade Passiva CDE Processo Anterior	891.686,80	0,00
Neutralidade Passiva Proinfa Processo Anterior	129.095,60	0,00
Bandeiras Tarifárias	2.345.338,00	0,00
Neutralidade Passiva Conta-Covid Ant. Par. B Processo Atual	0,00	1.002.786,78
Neutralidade Passiva Bandeiras Tarifarias Processo Anterior	0,00	1.112.908,64
Neutralidade Passiva Conta-Covid Ant. Par. B Processo Anterior	685.904,00	2.529.200,64
Financeiro Passivo Energia	872.861,46	0,00
Financeiro Passivo ESS	118.183,86	0,00
Multa Quebra de Contrato	3.671,71	0,00
<b>Total</b>	<b>5.068.593,56</b>	<b>5.228.855,20</b>

\*A CEGERO foi uma das 61 distribuidoras (50 concessionárias e 11 permissionárias) que aderiram ao empréstimo da Conta-COVID.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto nº 10.350 dispôs sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020,

regulamentou a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e deu outras providências.

A REN ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, dispõe sobre a CONTA-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para estes fins e os procedimentos correspondentes.

Em julho de 2020, a CEGERO encaminhou à ANEEL o Termo de Aceitação – TA, contendo os valores requeridos e os ativos estimados para o período, no valor total de R\$ 4.793.801,00.

Os repasses da CONTA COVID foram efetuados pela CCEE na conta corrente da CEGERO junto ao Banco do Brasil, Agência 3422-3, conta 2761-8, conforme tabela abaixo:

<b>Desembolso</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Data do recebimento</b>
1º Desembolso	1.000.000,00	31/07/2020
2º Desembolso	1.000.000,00	12/08/2020
3º Desembolso	1.793.801,00	14/09/2020
4º Desembolso	250.000,00	13/10/2020
5º Desembolso	250.000,00	12/11/2020
6º Desembolso	250.000,00	14/12/2020
7º Desembolso	250.000,00	28/12/2020

É competência regulatória da ANEEL em relação à matéria, além de anuir aos contratos de crédito firmados pela CCEE e homologar os valores mensais de repasse da Conta Covid às distribuidoras, a definição do encargo tarifário de CDE a ser cobrado a partir de 2021, observando os repasses efetuados e as condições contratuais.

Conforme regulamentação, o valor do encargo para a amortização da Conta Covid irá considerar os custos financeiros e administrativos das operações de crédito contratadas, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição de reserva de liquidez correspondente a 10% do custo total das operações, conforme abaixo:

#### **Aspectos contratuais**

<b>Item contratual</b>	<b>Parâmetro</b>
Remuneração	CDI + 2,8%
Carência	Até 15/07/2021
Reserva de Liquidez	10% do saldo devedor
Saldo mínimo em conta	3 parcelas
Pagamento	54 parcelas

Do valor total transferido à CEGERO de R\$ 4.793.801,00, o valor de R\$ 3.793.801,00 foi revertido como componente financeiro negativo no processo tarifário de 2020, assegurada a neutralidade. Foi ainda reconhecido o correspondente passivo financeiro setorial do valor recebido e não revertido no

processo tarifário de 2020 de R\$ 1.000.000,00, devidamente atualizado pela Taxa SELIC.

O valor do encargo CDE Conta Covid será incluído a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerá nas tarifas por 48 meses (2021 a 2025). Cabe salientar que a ANEEL revisitará anualmente os parâmetros para a definição do Encargo e eventual saldo residual será devolvido aos consumidores no final do período.

O valor do encargo CDE Conta Covid deve ser recolhido mensalmente à CCEE, diretamente na CONTA COVID, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Por fim, o encargo CDE Conta Covid a ser considerado nos processos tarifários de 2021 está presente no Anexo I do Despacho ANEEL nº 181, de 26 de janeiro de 2021, conforme abaixo:

<b>ENCARGO CDE CONTA COVID</b>		
<b>Distribuidora</b>	<b>Cobertura Tarifária Anual</b>	<b>Encargo Mensal</b>
CEGERO	R\$ 1.623.330,39	R\$ 135.277,53

Ainda sobre o encargo, relata-se que a CDE conta-covid passou a fazer parte do rol dos custos da Cegero, a partir do processo tarifário de 2021. Este custo representou aumento 2,77% nas tarifas.

Dentre os financeiros, destaca-se o saldo residual da conta-covid de R\$ 1.028.855,98, aplicado no cálculo da tarifa da Cegero de 2021, sendo responsável por uma redução tarifária de 1,54%, onde utilizou-se 100% do saldo remanescente da conta.

Além dos financeiros usuais, a CEGERO solicitou diferimento de Parcela B, no valor de R\$ 2.000.000,00, para reduzir o impacto tarifário ao consumidor, que resultou em -2,98%. Este valor deverá ser considerado no próximo processo tarifário atualizado pelo IPCA (data de referência: 01/09/2021). Por isso vem sendo apropriado à razão de 1/12 avos a partir de setembro/2021 como ativo financeiro.

Foi considerado ainda um componente financeiro resultante da compra de energia no mercado livre, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro da permissão. O cálculo desse financeiro está em discussão na Consulta Pública ANEEL 075/2021. Em razão do fim dos descontos na compra de energia de suprimento, a Cegero promoveu um leilão de compra de energia em novembro/2020, para início do fornecimento em novembro/2021, com o objetivo de reduzir custos. As contratações no ambiente livre geram custos que não são possíveis de serem previstos no momento do processo tarifário, a exemplo do risco hidrológico. Como esses custos podem levar ao desequilíbrio

econômico-financeiro para a permissionária, faz-se necessário calcular um componente financeiro para evitar o desequilíbrio em questão.

Para as concessionárias, este financeiro já existe, e está regulamentado no Módulo 4 do PRORET (Componentes Tarifários das Tarifas de Distribuição). Desta forma, contabilizamos esse financeiro da forma como é calculada a CVA para as concessionárias, utilizando essa metodologia de forma provisória, sujeita a ajustes quando do desfecho da consulta pública e regulamentação do tema.

## **22. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

Os saldos referentes às “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

<b>Contas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contas Pagas em Duplicidade	457,78	11.598,35
Recebimentos a Identificar	9.145,29	8.255,81
Adiantamentos de Consumidores	42.750,00	7.522,91
Capital Social a Restituir	21.581,50	20.276,50
Micro e Mini Geração	517.773,63	248.434,88
Bônus Itaipu	1,58	5,77
Convênio APAE	1.657,00	1.569,00
Convênio R.F.C.C.	3.449,00	3.597,50
Convênio HOSPITAL STA. Teresinha de BN	21.000,00	18.540,00
Convênio Jornal Folha do Vale	458,85	538,65
Convênio Jornal Cidade Notícias	4.104,00	5.187,00
Convênio Jornal Destaque	1.125,75	1.410,75
Outras Contas a Pagar	0,00	337,1
Convênio Arrecadação COSIP São Ludgero	55.855,71	54.990,35
Convênio Arrecadação COSIP Braço do Norte	6.180,22	3.061,69
Convênio Arrecadação COSIP Tubarão	608,97	424,16
Convênio Hospital Santa Otilia	2.475,00	1.581,00
Convênio Arrec. COSIP Orleans	13.632,92	7.669,31
Convênio Arrec. COSIP Pedras Grandes	442,53	444,01
Compensação Financeira Prazos De Atendimento Comercial	6,00	100,37
Pro-Emprego (Fundo Educação Superior)	447,36	156,45
Pro-Emprego (Fundo Social)	559,20	0,00
<b>Total</b>	<b>703.712,29</b>	<b>395.701,56</b>

### **23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO**

Os saldos referentes as “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

<b>Descrição das Contas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Participação Financeira do Consumidor	206.688,31	147.635,59
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço C	392.831,42	208.889,82
Participação Financeira do Consumidor - Amortização	(9.007,29)	(1.966,66)
Doações E Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço C – Amortização	(11.394,84)	(3.254,38)
Participação Financeira do Consumidor	594,20	0,00
Valores Pendentes de Recebimento	49.545,08	40.559,41
Valores não Aplicados	86,06	86,06
<b>Total</b>	<b>629.342,94</b>	<b>391.949,84</b>

### **24. PASSIVOS CONTINGENTES**

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Conforme relatório do setor Jurídico, em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa não possuía nenhuma ação com prognósticos de possíveis ou prováveis perdas.

### **25. CAPITAL SOCIAL**

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;

- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital subscrito	237.195,00	225.045,00
( - ) Capital a integralizar	(2.745,00)	(2.565,00)
<b>Total</b>	<b>234.450,00</b>	<b>222.480,00</b>

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.271 (Cinco mil duzentos e setenta e um) associados em 31 de dezembro de 2021.

## **26. RESERVAS DE CAPITAL**

As Reservas de Capital estão formadas pelas Reservas Legal, Fates e Reserva para Expansão e Melhoria, conforme descrição abaixo:

### **a) Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria**

Está previsto no art. 48 do estatuto social, constituído com no mínimo 70% das sobras líquidas. Criado para aplicação nos setores operacionais existentes ou a criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou inversões.

### **b) Reserva Legal**

A Reserva Legal é indivisível entre os associados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO, e destina-se para a cobertura de perdas com associados ou terceiros.

### **c) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social**

Este Fundo também é indivisível entre os associados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros, mais 5% das sobras líquidas de cada exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos associados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa.

No exercício de 2021, após as destinações estatutárias conforme determinação legal acima, demonstramos os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Reserva	5.342.781,84	4.979.643,15
FATES	717.626,27	628.592,67
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	38.736.238,81	36.194.267,95
<b>Total</b>	<b>44.796.646,92</b>	<b>41.802.503,77</b>

## **27. SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO.**

As sobras líquidas que estão à disposição da AGO para o exercício de 2021 está no valor de R\$ 544.708,04, e para 2020 foi de R\$ 828.608,90. Demonstramos a composição das sobras e as destinações legais e estatutárias.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>2.966.657,94</b>	<b>4.979.777,28</b>
<b>Tributos e Contribuições S/Resultado</b>	<b>(256.415,35)</b>	<b>(208.513,94)</b>
(-) Provisão Contribuição Social	(74.888,37)	(61.547,81)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(181.526,98)	(146.966,13)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2.710.242,59</b>	<b>4.771.263,34</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		
<b>Resultados Abrangentes</b>	<b>921.144,35</b>	<b>752.794,00</b>
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0,00	0,00
(+) Reversão Doações e Subvenções	0,00	0,00
(+) Reversão FATES	921.144,35	752.794,00
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>		
<b>Base para Destinações</b>	<b>3.631.386,94</b>	<b>5.524.057,34</b>
Resultado Com Cooperados	3.631.386,94	5.524.057,34
<b>Destinações Estatutárias</b>	<b>(3.086.678,90)</b>	<b>(4.695.448,74)</b>
(-) Reserva Legal	(363.138,69)	(552.405,73)
(-) FATES	(181.569,35)	(276.202,87)
(-) Manutenção e Ampliação	(2.541.970,86)	(3.866.840,14)
<b>Sobras Líquidas do Período</b>	<b>544.708,04</b>	<b>828.608,60</b>

Resultado das operações com associados a ser submetido a assembleia geral para aplicação ou destinação.

## **28. RECEITA OPERACIONAL**

Os totais acumulados referentes as "Receitas", nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fornecimento de Energia Elétrica</b>		
Residencial	9.208.559,33	7.435.661,19
Industrial	80.285.631,14	57.649.669,59
Comercial, Serviços e Outras Atividades	4.472.463,09	3.211.941,32
Rural	5.604.824,36	4.395.478,30
Poder Público	370.088,21	235.458,46
Iluminação Pública	450.043,23	348.470,09
Serviço Público	245.420,83	259.395,79
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos Financeiros	1.993.472,94	2.333.605,45
Ingresso de Fornecimento a Cooperado	5.041,87	6.887,61
Fornecimento não Faturado	(290.896,96)	(185.303,84)
Doações, Contribuições e Subvenções	2.048.595,68	1.564.335,52
<b>Total Fornecimento Energia</b>	<b>104.393.243,72</b>	<b>77.255.599,48</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Uso Mútuo de Postes	333.929,02	287.534,99
Serviço Taxado	37.236,25	38.034,47
Serviço de Manutenção de Iluminação Pública	118.239,72	104.000,00
Arrecadação de Convênios	12.513,60	36.489,08
Ganhos na Alienação de Materiais	98.912,15	30.201,90
Receita de Construção	2.392.113,83	2.246.653,42
Outras Receitas	33.436,77	8.226,03
<b>Total das Receitas Operacionais</b>	<b>3.026.381,34</b>	<b>2.751.139,89</b>
<b>Total Geral</b>	<b>107.419.625,06</b>	<b>80.006.739,37</b>

## 29. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Conta	Imposto	31/12/2021	31/12/2020
<b>Tributos Sobre a Receita</b>		<b>(45.150.936,25)</b>	<b>(26.875.230,28)</b>
	ICMS-ISS	(24.415.041,32)	(17.907.656,98)
	Encargos Consumidor	(20.735.894,93)	(8.967.573,30)
<b>Totais Deduções da Receita</b>		<b>(45.150.936,25)</b>	<b>(26.875.230,28)</b>

## 30. CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
<b>CUSTOS</b>	<b>(47.546.269,96)</b>	<b>(37.754.667,98)</b>
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(47.546.269,96)	(37.754.667,98)
<b>DESPESAS</b>	<b>(13.089.805,76)</b>	<b>(11.451.019,57)</b>
(+) Recuperação de Despesas	86.524,68	68.541,83
(-) Pessoal e Administrativo	(4.957.010,57)	(4.247.673,71)
(-) Material	(612.777,68)	(435.240,25)
(-) Serviços de Terceiros	(1.566.436,50)	(1.468.291,75)
(-) Depreciações	(1.354.794,77)	(1.300.948,79)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(433.965,48)	(382.674,29)
(-) Seguros	(23.705,64)	(18.442,96)
(-) Despesas Tributárias	(14.971,20)	(15.743,81)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(845.210,00)	(682.809,32)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(1.598,49)	(56.796,37)
(-) Outras Despesas de Construção	(2.392.113,83)	(2.246.653,42)
(-) Outras Despesas Operacionais	(973.746,28)	(664.286,73)

### **31. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO**

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Grupo	Contas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas Financeiras</b>		<b>1.494.678,57</b>	<b>1.224.557,52</b>
	Rendas Aplicação Financeira	587.624,24	326.122,68
	Acrésc. Moratório Energia	384.156,85	356.845,05
	Ativo Financeiro Setorial	160.312,23	38.319,10
	Juros sobre capital próprio	580,32	0,00
	Outras Receitas Financeiras	325.129,46	479.230,31
	Lucros ou Dividendos Recebidos	36.875,47	24.040,38
<b>Despesas Financeiras</b>		<b>(160.633,72)</b>	<b>(170.601,78)</b>
	Juros - IOF s/ aplicação financeira	(697,94)	(694,09)
	Passivo Financeiro Setorial	(113.031,17)	(58.122,85)
	Outras Desp. Financeiras	(46.904,61)	(111.784,84)
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.334.044,85</b>	<b>1.053.955,74</b>

### **32. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

<b>Grupo</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO</b>	<b>832.093,04</b>	<b>683.864,51</b>
IRPJ 15%	124.813,96	102.579,68
IRPJ ADICIONAL 10%	59.209,30	44.386,45
(-) DEDUÇÕES IRPJ	(2.496,28)	0,00
<b>IRPJ TOTAL PROVISIONADO</b>	<b>181.526,98</b>	<b>146.966,13</b>
<b>CSLL TOTAL PROVISIONADO</b>	<b>74.888,37</b>	<b>61.547,81</b>
<b>TOTAL DE IRPJ E CSL</b>	<b>256.415,35</b>	<b>208.513,94</b>

### **33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

#### **a) Considerações Gerais**

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

#### **b) Concentração de Risco de Crédito**

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes. Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

#### **c) Moeda Estrangeira**

A CEGERO não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2021.

#### **d) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é medido pela capacidade de a cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,80 e 1,74 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

### **34. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais.

A LGPD cria um conjunto de novos conceitos jurídicos, estabelecendo condições nas quais os dados pessoais podem ser tratados, define um conjunto de direitos para os titulares dos dados, gera obrigações específicas para os controladores dos dados e cria uma série de procedimentos e normas para que haja maior cuidado com o tratamento de dados pessoais e compartilhamento com terceiros.

A CEGERO iniciou o diagnóstico de adequação aos requisitos da lei, em agosto de 2021, conforme deliberação em reunião do conselho de administração, sendo concluído o mesmo em fevereiro de 2022. Atualmente o processo encontra-se na etapa de planejamento e execução de melhorias nos aspectos que precisavam de adequações.



**Francisco Niehues Neto**  
Presidente  
CPF: 437.499.179-49



**Janio Dinarte Koch**  
Secretário  
CPF: 298.312.029-53



**Adilson Soethe**  
Contador CRC/SC-031320/O-2  
CPF: 053.893.989-39

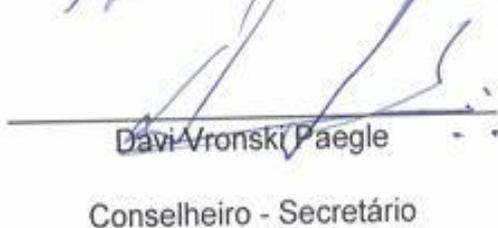
## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da CEGERO, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e tomando como base o Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da CEGERO.

São Ludgero, 07 de março de 2022.



Roger Philippi  
Conselheiro - Coordenador



Davi Wronski Paegle  
Conselheiro - Secretário



Nilo Hobold  
Conselheiro - Membro Efetivo



Mery Becker Alberton  
Membro Suplente



Edilson Heidemann  
Membro Suplente



Rogério Pereira  
Membro Suplente

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretoras, Conselheiros e Associados da

**COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**

São Ludgero - SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

---

Rua Antônio Scherer, nº 543, Salas 102 e 103, Kobrasol, São José - SC, CEP 88 102-090  
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br) - 2

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 11 de fevereiro de 2022.



**Hermenegildo João Vanoni**  
Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7

**AUDICONSULT Auditores S/S**  
CRC-SC 4.012